

Artigos – Turismo e Sociedade**Turismo acessível a pessoas com deficiência: um estudo bibliométrico****Accessible tourism for people with disabilities: a bibliometric study****Turismo accesible para personas con discapacidad: un estudio bibliométrico****Igor Moraes Rodrigues¹ Vander Valduga¹**¹Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, PR, Brasil.**Palavras-chave:**

Turismo acessível;
Pessoas com deficiência;
Estudo Bibliométrico;
Leis da Bibliometria;
Revisão Integrativa da Literatura.

Resumo

Este estudo objetiva sistematizar a produção científica nacional e internacional sobre turismo acessível a pessoas com deficiência. A metodologia, de cunho qualitativo, foi delineada por meio de Estudo Bibliométrico (EB) – composto pelas Leis de Lotka, de Bradford e de Zipf – e de Revisão Integrativa da Literatura (RIL). Analisaram-se publicações até 31 de dezembro de 2020, obtendo 162 artigos como *corpus* de análise. O embasamento teórico contempla as pessoas com deficiência no contexto do turismo acessível. Os resultados demonstram que o interesse acadêmico pelo tema é recente e pouco diversificado, porém, crescente. O EB revelou que o turismo acessível a pessoas com deficiência é uma área de conhecimento ainda em fase inicial de crescimento, pois a produção se encontra pulverizada em muitos periódicos, com diversos autores responsáveis por poucos artigos. Com a RIL, foi identificado que os estudos passam de uma perspectiva de recuperação, cura e reabilitação para uma perspectiva de inclusão, adaptação e participação, superando o modelo médico pelo modelo social da deficiência. Todavia, os estudos são homogêneos, não representando a heterogeneidade desse grupo social. Ademais, contribui com uma ampla e detalhada agenda de pesquisa que servirá para pesquisadores alicerçarem novos e empíricos estudos sobre o tema.

Keywords:

Accessible tourism;
People with disabilities;
Bibliometric Study;
Bibliometric laws;
Integrative Literature Review.

Abstract

This study aims to systematize national and international scientific production on accessible tourism for people with disabilities. The methodology, of a qualitative nature, was designed by means of a Bibliometric Study (BS) - consisting of Lotka's, Bradford's and Zipf's Laws - and an Integrative Literature Review (ILR). Publications up to December 31, 2020 were analyzed, obtaining 162 articles as the corpus of analysis. The theoretical framework includes people with disabilities in the context of accessible tourism. The results demonstrate that academic interest in the subject is recent and not very diverse, but growing. The BS revealed that accessible tourism for people with disabilities is an area of knowledge that is still in the early stages of growth, as production is scattered across many journals, with several authors responsible for few articles. With ILR, it was identified that studies are moving from a perspective of recovery, cure and rehabilitation to one of inclusion, adaptation and participation, overcoming the medical model for the social model of disability. However, the studies are homogeneous and do not represent the heterogeneity of this social group. It also provides a broad and detailed research agenda that will serve as a basis for new empirical studies on the subject.

Palabras clave:

Turismo accesible;
Personas con discapacidad;
Estudio Bibliométrico;
Leyes de la bibliometría;
Revisión Integradora de la Literatura.

Resumen

Este estudio pretende sistematizar la producción científica nacional e internacional sobre turismo accesible para personas con discapacidad. La metodología, de carácter cualitativo, se perfiló mediante un Estudio Bibliométrico (EB) - compuesto por las Leyes de Lotka, Bradford y Zipf - y una Revisión Integrativa de la Literatura (RIL). Se analizaron las publicaciones hasta el 31 de diciembre de 2020, obteniendo 162 artículos como corpus de análisis. El marco teórico incluye a las personas con discapacidad en el contexto del turismo accesible. Los resultados demuestran que el interés académico por el tema es reciente y poco diverso, pero creciente. El EB reveló que el turismo accesible para personas con discapacidad es un área de conocimiento que aún se encuentra en las primeras etapas de crecimiento, ya que la producción está pulverizada en muchas revistas, con varios autores responsables de pocos artículos. Con el RIL, se identificó que los estudios están pasando de una perspectiva de recuperación, cura y rehabilitación a una de inclusión, adaptación y participación, superando el modelo médico por el modelo social de la discapacidad. Sin embargo, los estudios son homogéneos y no representan la heterogeneidad de este grupo social. También proporciona una amplia

Revisado em pares.
Recebido em: 06/06/2024.
Aprovado em: 22/11/2024.
Editora: Verônica Feder Mayer.

y detallada agenda de investigación que ayudará a los investigadores a fundamentar nuevos estudios empíricos sobre el tema.



Como Citar: Rodrigues, I. M., and Valduga, V. (2025). Turismo acessível a pessoas com deficiência: um estudo bibliométrico. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, São Paulo*, 19, e-2972, 2025. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v19.2972>

1 INTRODUÇÃO

A deficiência é uma questão perene vivida por 1,3 bilhão de pessoas (Organização Mundial da Saúde –OMS, 2023) e esse número continua crescendo devido ao potencial dos impactos de longo prazo sobre a saúde causados pela Covid-19, que podem aumentar a prevalência de deficiências (Pomeroy, 2021). Estimativas mundiais apontam que em 2050 haverá 2,5 bilhões de pessoas apenas com deficiência auditiva (OMS, 2021).

Velasco (2008) apontou 120 milhões de pessoas com deficiência na União Europeia. O Bureau of Transportation Statistics publicou o relatório *Travel Patterns of American Adults with Disabilities (2018)*, o qual mostra que 25,5 milhões de norte-americanos com idade igual ou superior a cinco anos têm deficiências que influenciam seu tempo de viagem. Já o The World Bank (2021) mensurou a existência de 85 milhões de pessoas com deficiência na América Latina e no Caribe.¹

Referente ao Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2019; 2023) quantificou 18,6 milhões de pessoas com deficiência no país (8,9% da população). Ainda, dados mostraram que a deficiência física apresentou a maior participação, seguido pela deficiência visual, auditiva e intelectual. Além disso, a maior concentração de pessoas com deficiência segue o contexto de maior densidade populacional, isto é, predomina na Região Sudeste do país, seguida pela Nordeste, Sul, Norte e Centro-Oeste (IBGE, 2019; 2023).

Nesse contexto, o debate conceitual sobre deficiências é heterogêneo e deficiência é um conceito que pode estar relacionado a adversidades na função ou nas estruturas corporais (OMS, 2014) ou impedimentos de natureza física, mental ou sensoriais que restringem à participação social (Lei 13.146, 2015), sendo este último o mais utilizado nas pesquisas em turismo no Brasil.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência – CDPD que assegura que essas pessoas tenham participação social, acesso a edifícios, transporte, cultura, lazer, turismo, esporte (Organização das Nações Unidas – ONU, 2006) endossou a Declaração de Manila sobre Turismo Mundial de 27 de setembro de 1980, pela qual a Organização Mundial do Turismo (OMT, 1980) reconheceu o turismo como um direito fundamental e um veículo chave para o desenvolvimento humano, e recomendou que os Estados-membros incorporassem a acessibilidade em seus regulamentos.

O turismo acessível, a priori, emergiu da relação de turismo, acessibilidade e deficiência para facilitar a participação de pessoas com deficiência no turismo. Entretanto, essa área de estudos passou a englobar a mobilidade de outros grupos: idosos, pessoas em situação de vulnerabilidade social, acompanhantes de pessoas com deficiência, pessoas com (carrinho de) crianças ou bebês. Em essência, o turismo acessível emergiu das preocupações e necessidades de acesso das pessoas com deficiência, no entanto, por beneficiar toda a população, diz respeito a como as atividades turísticas atuam e se adaptam para que haja a participação de todas as pessoas.

A falta de acessibilidade dos ambientes turísticos pode ser fator determinante para que turistas com deficiência viajem acompanhados (Rucci & Porto, 2022). O Guia de Recuperação Inclusiva identificou que cada pessoa com deficiência tende a viajar com 2 a 3 acompanhantes, e que o impacto na economia alcançou 58,7 bilhões de dólares nos Estados Unidos e 10,8 bilhões na Austrália (OMT, 2020). Ainda, a exclusão dessas pessoas pode levar a uma perda de 3% a 7% do Produto Interno Bruto – PIB dos países (The World Bank, 2021). Se a questão social envolvendo pessoas com deficiência não for suficiente para sua participação no turismo, evidencia-se a questão econômico-financeira. Com isso, é imprescindível que o turismo avance nas adaptações de suas atividades para a participação das pessoas com deficiência.

¹ Informa-se que devido às distintas fontes de coleta de dados, estes nem sempre são comparáveis entre si.

Na relação entre pessoas com deficiência e turismo, é necessária a compreensão de que essas pessoas possuem diferentes e específicas necessidades, tornando o turismo acessível um aspecto vital a suas viagens. As necessidades específicas de serviços variam conforme o tipo e o grau de deficiência (Máté, 2021) e a oferta turística disponível para pessoas com diferentes tipos de deficiências raramente comporta suas necessidades específicas (Zaluska et al., 2022). Desse modo, muitas questões exigem um exame mais aprofundado junto aos turistas com deficiências. Estudos apontam que as pesquisas envolvendo pessoas com deficiência devem considerar seus tipos específicos ao explorar suas relações com o turismo (Lyu, 2017; Mckercher & Darcy, 2018; Rodrigues & Valduga, 2021; Gonda, 2024). Nesse contexto, a pesquisa apresenta um panorama dos estudos a partir da questão: Qual é o cenário da produção científica nacional e internacional sobre turismo acessível a pessoas com deficiência?

Diante da questão enunciada, o objetivo geral deste trabalho é sistematizar a produção científica nacional e internacional sobre turismo acessível a pessoas com deficiência. Propõe-se a elaborar uma pesquisa do tipo estado da arte sobre o turismo acessível a pessoas com deficiência. O estudo faz um diagnóstico amplo e detalhado sobre turismo acessível a pessoas com deficiência por meio de quatro distintas bases de dados como corpus.

Na sequência, o trabalho faz uma discussão teórica sobre o turismo acessível a pessoas com deficiência. Posteriormente, apresenta-se a metodologia, os resultados e uma agenda de pesquisa com as considerações e implicações sobre turismo acessível a pessoas com deficiência.

2 TURISMO ACESSÍVEL A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Nas últimas décadas, o movimento das pessoas com deficiência, juntamente com diversos pesquisadores das ciências sociais e da saúde (Barnes, 1991), identifica o papel das barreiras físicas e sociais para a deficiência. A transição de uma perspectiva individual e médica para uma perspectiva estrutural e social foi descrita como a mudança de um “modelo médico” para um “modelo social” (Oliver, 1990).

A estrutura que sustenta o modelo médico predispõe os profissionais a pensarem uma “condição” em um corpo anormal, que precisa de um “tratamento” apropriado (Barnes, 1991; Oliver, 1996a). O foco principal, portanto, é a normalização e adaptação à sociedade. Esse modelo tem sido fortemente criticado por negligenciar o papel da sociedade na criação da deficiência (Oliver, 1996a). Já o modelo social da deficiência enfatiza as restrições que a sociedade impõe às pessoas com deficiência sob a forma de barreiras físicas, sociais e psicológicas (Burchardt, 2004). Assim, o modelo social “des-medicaliza” a deficiência e se concentra em políticas e ações inclusivas em oposição à medicina e à reabilitação (Oliver, 1996b).

A partir do modelo social da deficiência surge o conceito de Design Universal que para Gabrilli (2016) se trata do processo de se criar produtos e/ou ambientes que sejam acessíveis a todas as pessoas, independentemente de suas características (pessoais, idade, habilidades, etc.), evitando, assim, a criação de ambientes exclusivos ou especiais, mas acessíveis, aproximando as coisas projetadas e produzidas tornando-as utilizáveis por todos. Isto é, coloca o compromisso de adaptação aos ambientes e não às pessoas.

O termo “deficiência” tem sido criticado, uma vez que é regularmente utilizado em excesso e pode ter conotações negativas que tendem a homogeneizar e generalizar essas pessoas (Gillovic et al., 2018). Pode realçar também alguns problemas e mitos como a tendência de o público pensar que “deficiência” só se aplica a uma pessoa em cadeira de rodas e, ainda, coloca a responsabilidade ou deficit sobre o indivíduo em vez de considerar como a sociedade estrutura políticas, espaços físicos, linguagem, comunicação e instituições (Gillovic et al., 2018).

A acessibilidade está sendo cada vez mais utilizada em um afastamento proposital de um único foco sobre a deficiência. Isto pode ser evidenciado nos estudos de turismo onde se nota uma progressão dos conceitos de “turismo sem barreiras” (barrier-free tourism), “turismo deficiente” (disabled tourism), “turismo de fácil acesso” (easy access tourism), “turismo inclusivo” (inclusive tourism) e “turismo para todos” (tourism for all) para o conceito mais recente de “turismo acessível” (accessible tourism)² (Darcy & Buhalis, 2011).

Assim como ocorre com outros conceitos, o de turismo acessível também não é homogêneo. Alguns autores relacionam o conceito específico às pessoas com deficiência (Nonome, 2019; Rodrigues & Valduga, 2021) e outros apontam o turismo acessível para todas as pessoas (Deville & Kastenholz, 2018; Barba, 2018; Kanwal et al., 2020; Quiao et al., 2022). O conceito se concentra em entender os elementos de impulso na experiência do turista com

² Devido a essa progressão terminológica, “*accessible tourism*” foi o termo utilizado nas bases de dados internacionais, conforme seção três: metodologia.

deficiência (Nonome, 2019). Assim, se refere à adaptação da oferta turística para a participação de pessoas com deficiências (Rodrigues & Valduga, 2021).

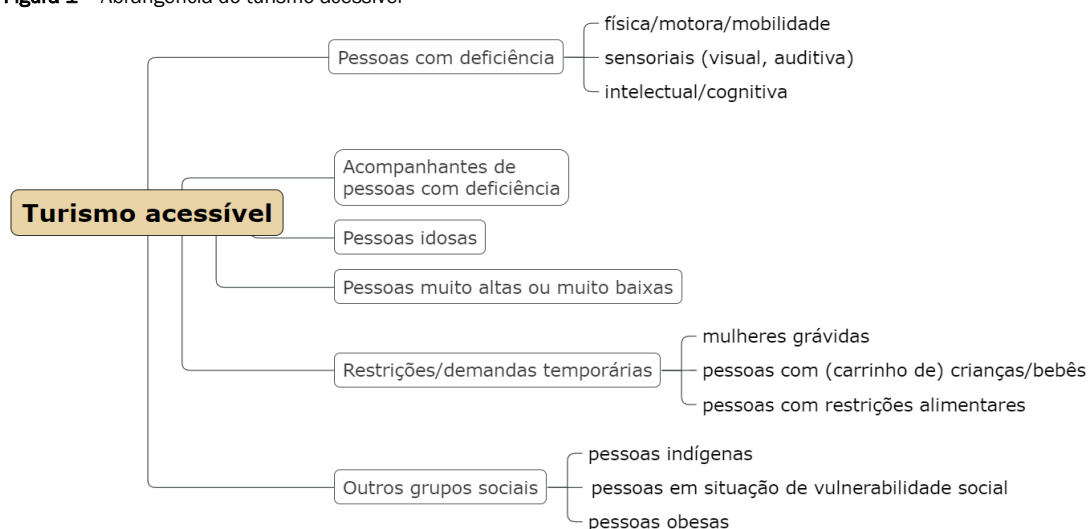
O turismo acessível garante o uso e o aproveitamento do turismo, independentemente da capacidade, da situação ou da condição das pessoas (Barba, 2018). Visa a superação de dificuldades e de restrições, para que todos que queiram viajar possam realizar as atividades turísticas (Quiao et al., 2022). Pode, ainda, ser percebido enquanto um veículo para promoção do bem-estar individual e social (Devile & Kastenzholz, 2018) que beneficia toda a população (Kanwal et al., 2020).

Alguns estudos bibliométricos sobre o turismo acessível já foram realizados (Hernández-Sales & Sánchez, 2023; Singh et al., 2023; Henríquez et al., 2022; Quiao et al., 2022; Tite et al., 2021). Hernández-Sales e Sánchez (2023) analisaram 252 artigos publicados em inglês e em espanhol no período de 2000 a 2020 na base Web of Science. Identificaram grande quantidade de estudos sobre o turismo acessível nas áreas da geografia e da economia, alegando que as pesquisas na área do turismo ainda são recentes. Singh et al. (2023) pesquisaram a relação entre turismo e deficiência por meio de 105 artigos publicados no período de 2000 a 2019 em inglês na base de dados Scopus. Inferiram que, embora as publicações relacionadas a turismo e deficiência tenham aumentado significativamente, a maioria é dominada por poucos pesquisadores.

Henríquez et al. (2022) analisaram 254 artigos publicados em língua inglesa no período de 1997 a 2020 na base Scopus. Identificaram as novas tecnologias de informação e comunicação (especificamente smartphones e realidade virtual) como oportunidades para o desenvolvimento futuro do setor de turismo acessível. Quiao et al. (2022) analisaram 213 artigos publicados em língua inglesa no período de 2008 a 2020 na base Web of Science. Averiguaram que a “experiência” e a “participação” são tendências nos estudos deste campo. Tite, Carrillo e Ochoa (2021) analisaram 94 artigos publicados em inglês no período de 2008 a primeira metade de 2019 na base de dados Scopus. Sistematizaram seis dimensões do turismo acessível: Humana, Legislativa, Tecnológica, Abiótica, Biótica e Relacional.

Diante da discussão proposta e visando um amadurecimento no campo de pesquisa sobre turismo acessível, identificou-se que seus estudos abrangem e beneficiam diversas parcelas da população. Constatou-se que o turismo acessível é composto por seis grupos: (i) pessoas com deficiência: física, visual, auditiva e/ou intelectual; (ii) acompanhantes de pessoas com deficiência; (iii) pessoas idosas; (iv) pessoas muito altas ou muito baixas; (v) pessoas com restrições/demandas temporárias: mulheres grávidas, pessoas com (carrinho de) criança/bebê; e (vi) outros grupos sociais: pessoas indígenas, pessoas em situação de vulnerabilidade social, pessoas obesas. Com isso, apesar de este estudo tratar do turismo acessível a pessoas com deficiência, nota-se uma mudança do foco exclusivo na deficiência (Figura 1).

Figura 1 – Abrangência do turismo acessível



Fonte: Elaborado pelos autores.

Com esse framework conceitual sobre a abrangência do turismo acessível, é possível apontar caminhos para a expansão das pesquisas. A presença de uma gama variada de tipos de deficiências pode permitir às pesquisas

avançarem além do foco inicial na deficiência de mobilidade e considerarem outras formas de deficiências “invisíveis” como o autismo e a demência. Ademais, ao apresentar uma diversidade de grupos sociais envolvidos no turismo acessível, pode apontar subsídios à oferta de experiências para todos nos vários estágios do ciclo de vida das pessoas.

O panorama teórico apresentado evidencia a complexidade do tema no contexto social e nas relações entre as abordagens das pessoas com deficiência e do turismo em uma perspectiva do turismo acessível. Nesse contexto, e para avançar na proposta do estudo, a próxima seção apresenta a metodologia utilizada na pesquisa.

3 METODOLOGIA

A coleta de dados nacionais foi realizada em periódicos brasileiros de turismo identificados pela classificação de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior – CAPES do quadriênio 2017–2020. O primeiro filtro utilizado foi a área de avaliação dos periódicos (Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo). O segundo filtro utilizado foi a palavra “turismo” ou “tourism” no nome, resultando em 21 periódicos. Outros três periódicos que não tinham turismo no nome foram adicionados à lista. Com o levantamento, 24 periódicos brasileiros de turismo foram definidos no recorte do estudo (Quadro 1).

Quadro 1 – Periódicos brasileiros de turismo analisados

Periódicos	Artigos sobre PCDS	Nº de edições	Artigos publicados	%Artigos sobre PCDS	Qualis 2017-2020
Revista Turismo Visão e Ação	09	65	495	1,82%	A3
Revista Turismo e Sociedade	06	36	281	2,14%	B2
Revista Turismo em Análise	05	77	677	0,74%	A4
Revista Hospitalidade	05	37	314	1,59%	A4
Revista Cenário	05	15	123	4,07%	B2
Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo	04	42	320	1,25%	A3
Revista Podium Sport, Leisure and Tourism Review	04	27	212	1,89%	A4
Revista Caderno Virtual de Turismo	03	66	545	0,55%	A4
Revista Brasileira de Ecoturismo	03	54	441	0,68%	B2
Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo	03	45	234	1,28%	B2
Revista Applied Tourism	03	15	109	2,75%	B3
Revista de Cultura e Turismo	01	34	269	0,37%	B1
Revista Marketing & Tourism Review	01	11	106	0,94%	B1
Revista Caderno de Estudos e Pesquisas do Turismo	01	9	88	1,14%	B3
Revista Ateliê do Turismo	01	7	42	2,38%	B3
Revista Eletrônica Ciências da Administração e Turismo	00	12	51	0%	B3
Revista Eletrônica de Administração e Turismo	00	17	125	0%	B1
Revista de Economia, Administração e Turismo	00	87	471	0%	A4
Revista Iberoamericana de Turismo	00	28	281	0%	B1
Revista Latino-americana de Turismología	00	10	68	0%	B1
Revista Turismo Contemporâneo	00	18	135	0%	A4
Revista Turismo & Cidades	00	5	37	0%	B4
Revista Turismo Estudos e Práticas	00	19	125	0%	B2
Revista Rosa dos Ventos	00	43	421	0%	B1
Total	54	779	5970	-	-

Fonte: Elaborado pelos autores. Nota: Periódicos ordenados por ordem decrescente de “artigos sobre PCDS”.

Nos websites dos periódicos, foi verificado o número total de publicações (em formato de artigo), número de edições e de artigos encontrados sobre turismo acessível a pessoas com deficiência. Para identificar os artigos sobre o tema, foram verificados – por meio da leitura do título, resumo e palavras-chave – todos os volumes e edições disponíveis para consulta até 31 de dezembro de 2020. A partir disto, de um total de 5970 artigos publicados nos 24 periódicos, foram encontrados 54 artigos sobre o tema.

Para a coleta de dados internacionais, foram selecionadas as bases Web of Science – Coleção Principal (Clarivate Analytics), SCOPUS (Elsevier) e Redalyc. A busca nas duas primeiras bases se deu nos títulos, resumos e palavras-chave com o termo *accessible tourism* (nomenclatura em inglês para o termo turismo acessível). Aplicaram-se os filtros: uso de aspas; tipo de documento: artigos; ano de publicação: até 2020. Não foram especificados filtros ou restrições envolvendo a localização, área de estudo, idioma ou método de acesso aos documentos. A Tabela 1 resume as estratégias de pesquisa bibliográfica utilizadas.

Tabela 1 – Estratégia de busca bibliográfica

Base de dados	Estratégia de pesquisa	Quantidade encontrada
Web of Science	accessible tourism (Tópico) AND Artile (Tipo de documento) AND 1945-2020 (Ano de publicação)	115
Scopus	title-abs-key (accessible AND tourism) AND Pubyear < 2021 AND (Limit-to (doctype, “ar”))	119
Total		234

Fonte: Elaborado pelos autores.

Na base Redalyc, utilizou-se a área “Ciencias Sociales” para a busca de revistas sobre “Estudios de Turismo”. Como há revistas brasileiras indexadas, elas foram excluídas por já constarem na pesquisa, portanto, somente revistas internacionais foram usadas na Redalyc. A busca por artigos nas quatro revistas internacionais se deu a partir do termo turismo acessível nos idiomas espanhol, português e inglês, respectivamente. Com isso, foram identificados 45 artigos na base Redalyc, sendo: seis na Revista Turismo y Sociedad; 13 na Revista Estudios y Perspectivas en Turismo; 23 na Revista de Turismo y Patrimonio Cultural (PASOS); e três na Revista El Periplo Sustentable.

Após a coleta dos dados, chegou-se a um número total de 279 artigos entre as três bases pesquisadas e eles foram analisados a fim de verificar a quantidade de duplicatas entre as bases. Constataram-se 89 artigos repetidos, o que diminuiu o número total para 190 artigos. Importante frisar que os artigos repetidos foram identificados por meio de seus títulos com o auxílio de planilhas no Excel para organização e identificação desses documentos. Posteriormente à checagem de duplicatas, foi verificado por meio do título, resumo e palavras-chave de todos os documentos quantos abordavam pessoas com deficiência. Nessa verificação, foram excluídos 82 artigos, chegando à quantidade final de 108 artigos. A Figura 2 resume os critérios de exclusão-inclusão utilizados na seleção dos artigos.

Figura 2 – Estratégia utilizada nos critérios de exclusão-inclusão dos artigos

CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO
Documentos em formato distinto de artigo
Artigos duplicados
Artigos cuja população não consiste em pessoas com deficiência
Acessibilidade de uma maneira geral
Inclusão social de outros grupos sociais
Pessoas idosas
Pessoas com restrições alimentares
Pessoas indígenas
Artigos em idiomas distintos do inglês e/ou espanhol
CRITÉRIOS DE INCLUSÃO
Artigos cuja população consiste em pessoas com deficiência (física, auditiva, visual e/ou cognitiva)

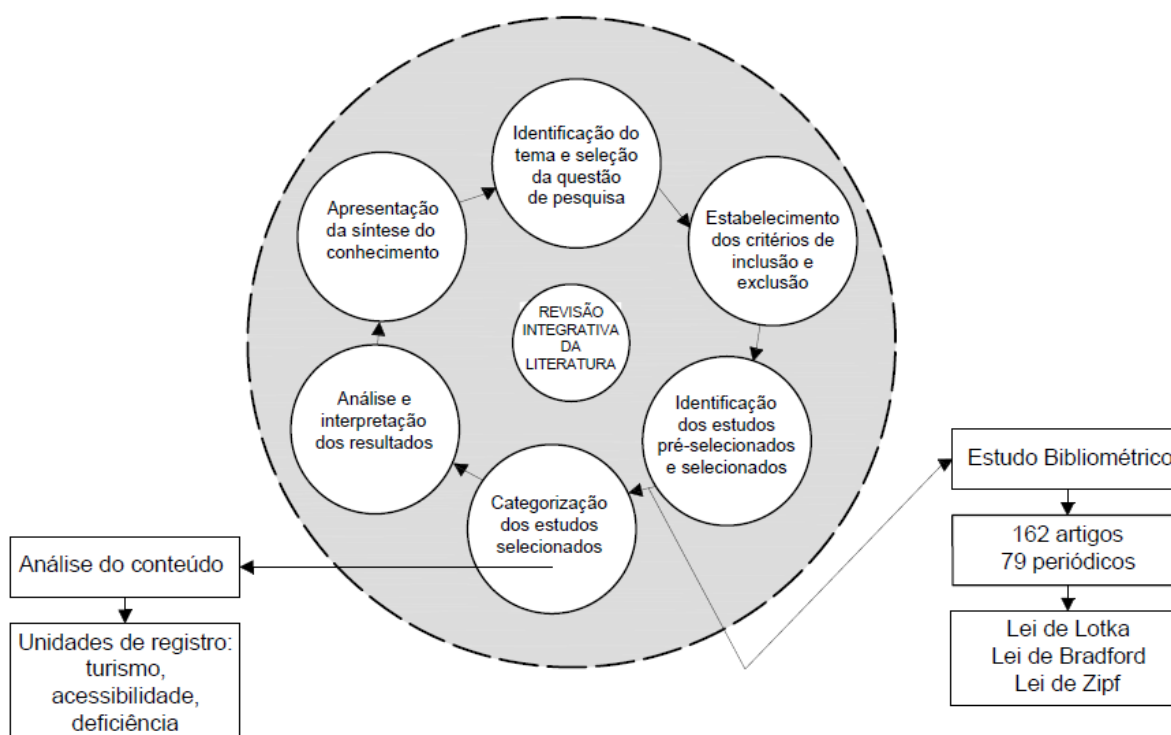
Fonte: Elaborado pelos autores.

A Revisão Integrativa da Literatura (RIL) é um tipo de revisão sistemática (Whitemore & Knafel, 2005) que inclui produções teóricas e empíricas utilizando abordagens quantitativas e qualitativas. Essa multiplicidade permitirá um profuso panorama de conceitos, teorias ou dificuldades sobre a temática. A RIL possui seis etapas: (1) identificação do tema e seleção da questão de pesquisa; (2) estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão; (3) identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados; (4) categorização dos estudos selecionados; (5) análise

e interpretação dos resultados; (6) apresentação da revisão/síntese do conhecimento (Botelho, Cunha & Macedo, 2011).

Na primeira etapa, foram descritas as origens e conceitos do turismo acessível para pessoas com deficiência. Nas etapas dois e três, referentes à amostragem, realizou-se um Estudo Bibliométrico (EB) da produção científica. A análise bibliométrica (bibliometria ou estudo bibliométrico) é uma técnica quantitativa e estatística de medição dos índices de produção e disseminação do conhecimento científico (Araújo, 2006). Hall (2011) relaciona três razões para este tipo de análise: (i) crescimento dos estudos sobre turismo; (ii) contribuição de indivíduos, publicações e instituições para a literatura turística; e (iii) avaliação do desempenho dos estudos. O EB permite delinear o comportamento e o desenvolvimento da área de conhecimento. A Figura 3 mostra como ocorreu a fusão entre RIL e EB.

Figura 3 – Fusão entre a RIL e o EB



Fonte: Elaborado pelos autores.

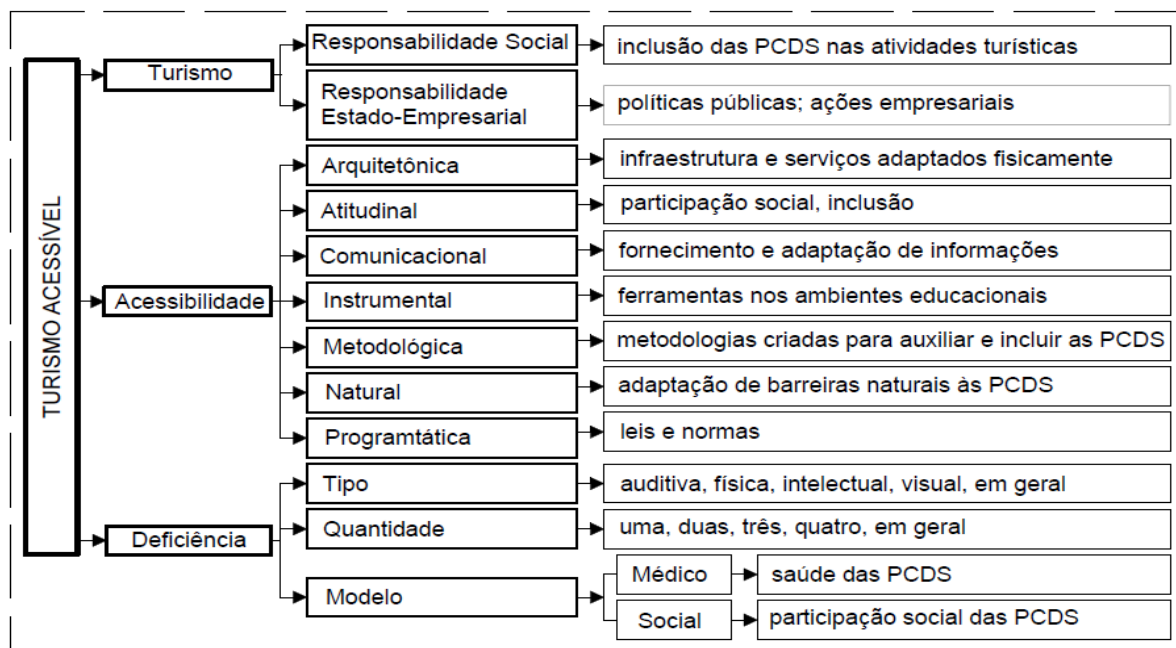
A base do EB proposto foi uma amostra de 162 produções distribuídas por 79 periódicos, em que foram aplicadas as três Leis da Bibliometria: de Lotka, de Bradford e de Zipf. A Lei de Lotka permite reconhecer os expoentes da pesquisa sobre um assunto. Demonstra a existência de uma “relação quantitativa entre a frequência de autores produzindo um número x de trabalhos” (Quevedo-Silva et al., 2016, p. 248), ou seja, uma pequena quantidade de autores possui uma grande produção de literatura científica, e um grande número de autores se iguala em produção ao pequeno número de autores (Thompson & Walker, 2015). Alvarado (2002) acrescenta que a Lei de Lotka relaciona a distribuição dos trabalhos pelo número de autores nas contagens direta e completa. A contagem direta credita apenas as contribuições dos primeiros autores, enquanto na contagem completa é creditada uma contribuição para cada autor.

A Lei de Bradford permite identificar os periódicos mais relevantes sobre a temática, auxiliando na revisão de literatura e na escolha de revistas para publicação de artigos. Essa Lei trata da dispersão de artigos pelos periódicos, comprovando que um número menor de periódicos possui muitas produções sobre o tema, enquanto um número maior possuirá poucos artigos. Os periódicos dividem-se em núcleo e zonas produtivas, nas quais a razão do número de revistas em qualquer zona pelo número de revistas na zona precedente é chamada de “Multiplicador de Bradford” (Bm) (Thompson & Walker, 2015; Quevedo-Silva et al., 2016).

A Lei de Zipf demonstra que num conjunto de texto existirão palavras com alta frequência de ocorrência, aparecendo mais vezes que outras, assim, haverá uma pequena quantidade de palavras com muitas repetições e uma grande quantidade de palavras com poucas repetições. As mais frequentes são de alta e média relevância e as menos frequentes são consideradas ruídos (Quevedo-Silva et al., 2016). Nesta pesquisa, foram analisadas as palavras-chave dos estudos.

Por meio de análise do conteúdo dos artigos, estes foram codificados em unidades de registro com base nos temas turismo, acessibilidade e deficiência (Figura 4) para atingir a quarta etapa referente à categorização dos estudos.

Figura 4 – Unidades de registro e suas codificações



Fonte: Elaborado pelos autores.

As análises e interpretações dos resultados (quinta etapa) se deram a partir das unidades de registro. O Quadro 2 mostra a matriz com as informações para apresentação da síntese do conhecimento (etapa seis), que também auxiliou na construção das etapas quatro e cinco.

Quadro 2 – Matriz utilizada para sistematização

(continua)

Informações		Artigo 1	Artigo 2	Artigo 3	Artigo 162
Autores					
Ano					
Periódico					
Palavras-chave					
Metodologia					
Resultados					
Turismo	Político-Empresarial				
	Social				
Acessibilidade	Arquitetônica				
	Atitudinal				
	Comunicacional				
	Instrumental				
	Metodológica				
	Natural				
	Programática				

Quadro 2 – Matriz utilizada para sistematização

(conclusão)

Informações		Artigo 1	Artigo 2	Artigo 3	Artigo 162
Deficiência	Modelo	Médico			
		Social			
	Quantidade	1			
		2			
		3			
		4			
		Em geral			
	Tipo	Auditiva			
		Física			
		Intelectual			
		Visual			
		Em geral			

Fonte: Elaborado pelos autores.

Embora seja verdade que existam algumas análises bibliométricas anteriores (Hernández-Sales & Sánchez, 2023; Singh et al., 2023; Henríquez et al., 2022; Quiao et al., 2022; Tite et al., 2021), elas são mais limitadas do que a que propomos aqui. Como exemplo, Tite et al. (2021) abrangem publicações entre 2008 e o primeiro semestre de 2019, enquanto Singh et al. (2023) entre 2000 e 2019. Em nosso estudo, ampliamos a pesquisa para publicações sem restrição temporal inicial até o ano de 2020. Todos os estudos analisaram publicações apenas em inglês, exceto Hernández-Sales e Sánchez (2023) que ampliaram para o inglês e espanhol. Avançando, nosso estudo analisou artigos em inglês, espanhol e português.

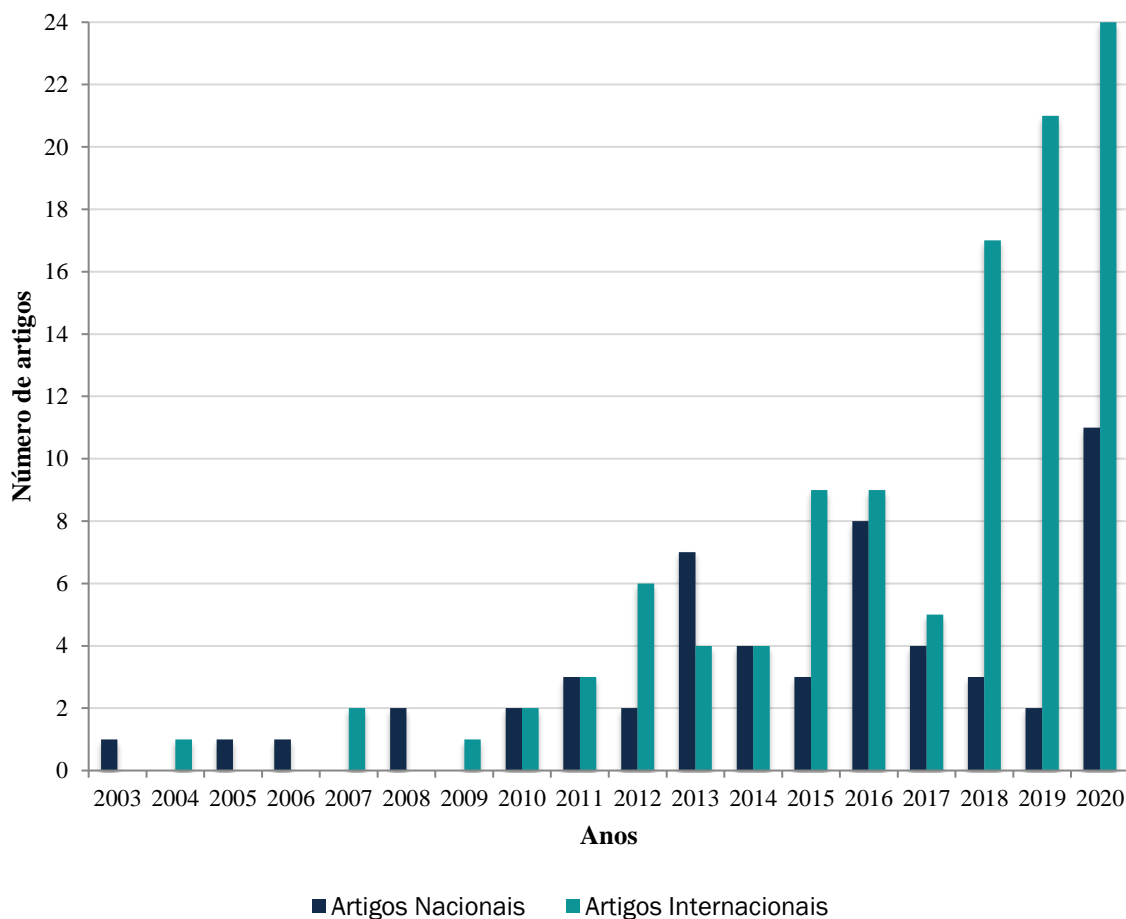
Todos os estudos tratam do turismo acessível amplamente, enquanto o nosso direciona às pessoas com deficiência. Ademais, enquanto as bases de dados Web of Science (Hernández-Sales & Sánchez, 2023; Quiao et al., 2022) e Scopus (Singh et al., 2023; Henríquez et al., 2022; Tite et al., 2021) são analisadas individualmente, em nosso estudo utilizamos ambas e acrescentamos a base Redalyc e os periódicos brasileiros às análises. Outrossim, todos os estudos realizaram apenas a revisão bibliométrica. Nesse quesito, avançamos ao utilizarmos as Leis da Bibliometria. Ainda, acrescentando a Revisão Integrativa da Literatura, foi possível elaborar uma agenda de pesquisa sobre o turismo acessível a pessoas com deficiência. Assim, nosso trabalho evidencia uma contribuição significativa para a região da América Latina em particular, e para o mundo em geral.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Estudo Bibliométrico (EB)

Inicialmente, observou-se que 412 autores, sendo 325 distintos, foram responsáveis pela produção dos 162 artigos analisados, dos quais 66,67% (108) são internacionais e 33,33% (54) nacionais. Analisou-se a distribuição temporal, identificando que a temática tem preocupado pesquisadores desde o início dos anos 2000, entretanto somente na segunda década é que o número de publicações aumentou consideravelmente (Figura 5).

Figura 5 – Distribuição temporal

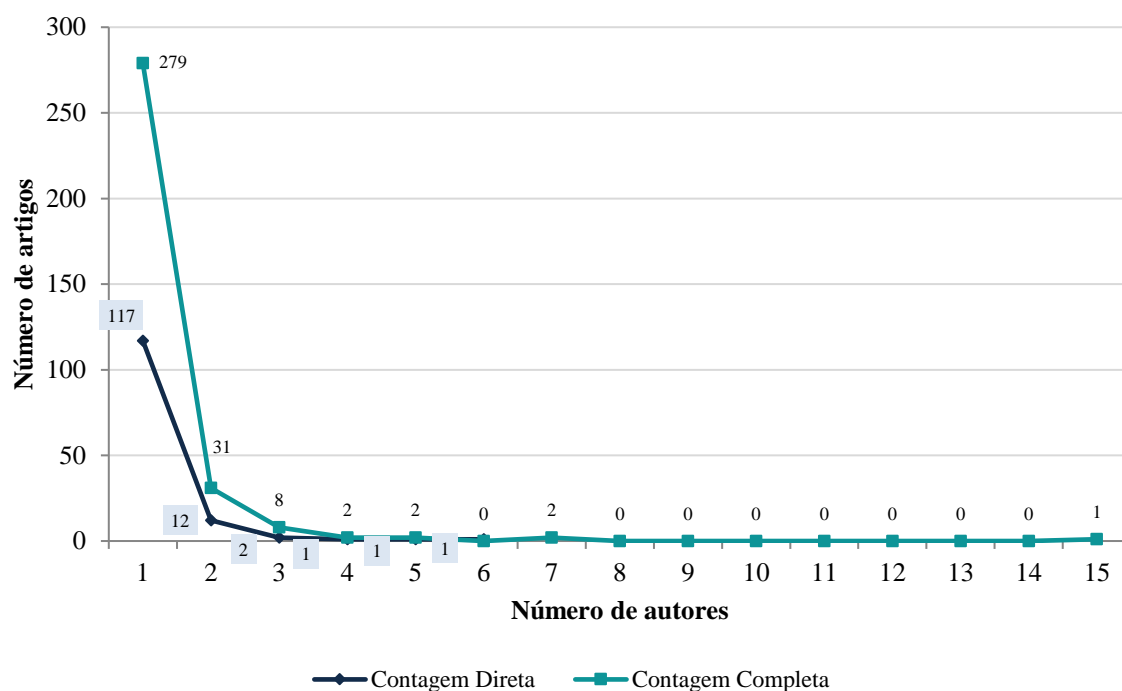


Fonte: Elaborado pelos autores.

Enquanto a literatura internacional está em uma crescente de publicações a partir de 2017, a literatura nacional possui variações constantes. A primeira publicação sobre o tema é nacional (Silva & Boia, 2003). Apesar da primeira publicação datar de 2003, constatou-se que o tema é de interesse acadêmico recente, uma vez que o período de 2016–2020 concentra 64,2% das publicações (104 artigos). A Organização Mundial de Turismo – OMT, comprometida com a promoção do turismo acessível, dedicou seu Dia Mundial do Turismo de 2016 a esse tema, fez uma série de recomendações e publicou vários manuais sobre a questão (OMT, 2016). Essas iniciativas podem ter sido influenciadoras e potencializadores do aumento de publicações sobre o tema.

A aplicação da Lei de Lotka revelou os padrões de produtividade dos autores e relacionou a distribuição dos trabalhos pelo número de autores nas contagens direta e completa (Figura 6).

Figura 6 – Contagens direta e completa na aplicação da Lei de Lotka



Fonte: Elaborado pelos autores.

Observou-se uma grande concentração de autores produzindo apenas um artigo e esse quantitativo caiu drasticamente ao avaliar os autores com duas ou mais produções, sendo a diferença mais perceptível na contagem direta. Na contagem completa, 67,70% dos autores publicaram apenas uma vez e 7,5% dos autores publicaram duas vezes, enquanto na contagem direta 72,20% dos autores publicaram apenas uma vez e 7,40% publicaram duas vezes.

Analisando a produtividade dos primeiros autores (contagem direta), obteve-se um conjunto de 134 autores, dos quais 87% fizeram somente uma contribuição, sendo este grupo responsável por 72% dos artigos produzidos (Tabela 2). A produtividade média total de autores é de 1,20, com variância de 0,48 e desvio padrão de 0,69.

Tabela 2 – Produtividade de autores pela contagem direta

N.º contribuições por autor	N.º autores	% autores	N.º artigos	% artigos
1	117	0,8731	117	0,7222
2	12	0,0895	24	0,1481
3	2	0,0149	6	0,0370
4	1	0,0075	4	0,0247
5	1	0,0075	5	0,0309
6	1	0,0075	6	0,0370
Total	134	1	162	1

Fonte: Elaborado pelos autores.

Observou-se que um grupo de 17 autores foi o mais produtivo, sendo responsáveis por 27,8% (45) dos artigos publicados. Esse grupo é composto por pesquisadores da Espanha, Austrália, Grécia, Polônia, Nova Zelândia, Inglaterra, Itália, República Tcheca, Argentina, com 23,5% (4) de pesquisadores brasileiros. Por fim, detectou-se um elevado número de pequenos produtores (117), caracterizando uma disciplina em expansão, como explica Urbizagastegui (2008).

Com a aplicação da Lei de Bradford, identificaram-se os periódicos mais relevantes para o tema. Na pesquisa, se detectou um universo de 79 revistas científicas com publicações sobre turismo acessível a pessoas com deficiência, divididas em quatro zonas de produtividade: Núcleo, Zonas 2, 3 e 4 (Tabela 3) com Multiplicador de Bradford (Bm) = 2.

Tabela 3 – Zonas de produtividade

Periódicos (P)	Artigos (A)	P+ (acumulado)	A+ (acumulado)	Ln (P+)	P*A	Zona de produtividade
1	9	1	9	0	9	Núcleo
1	8	2	17	0,30103	8	
2	6	4	29	0,60206	12	Zona 2
5	5	9	54	0,954243	25	
4	4	13	70	1,113943	16	Zona 3
8	3	21	94	1,322219	24	
10	2	31	114	1,491362	20	Zona 4
48	1	79	162	1,897627	48	

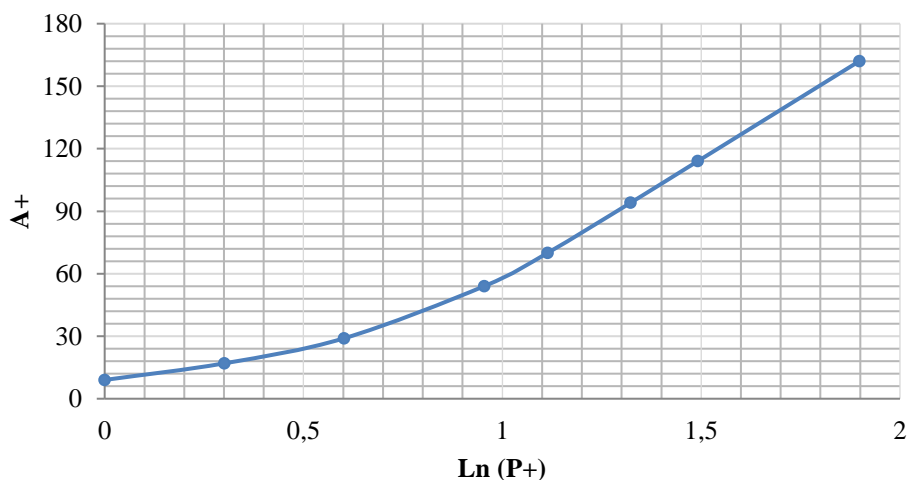
Fonte: Elaborado pelos autores.

O Núcleo contém 17,9% (29) dos artigos produzidos, sendo composto por quatro periódicos: Revista Turismo, Visão e Ação (9), Journal of Tourism Futures (8), Revista de Turismo y Patrimonio Cultural (PASOS) (6), Revista Turismo e Sociedade (6). Destaca-se a maior incidência de artigos sobre o tema em um periódico brasileiro e aponta-se que 50% dos periódicos do Núcleo são brasileiros.

A Zona 2 abrange um acumulado (A+) de 41 artigos que representam 25,3% do total publicado, sendo composta por nove periódicos dos quais cinco são brasileiros: Tourism Management (5), Revista Cenário (5), Revista Hospitalidade (5), Revista Turismo em Análise (5), Sustainability (5), African Journal of Hospitality, Tourism and Leisure (4), Gran Tour (4), Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo (4), e Podium Sport, Leisure and Tourism Review (4). Os artigos acumulados nos periódicos brasileiros da Zona 2 representam 74% do total de artigos da Zona.

Os 13 periódicos que compõem o Núcleo e a Zona 2 são responsáveis por 43,2% (70 artigos) do total de artigos publicados (A+), comprovando que uma pequena quantidade de periódicos acumula uma grande quantidade de artigos publicados sobre um tema, princípio da Lei de Bradford. Já os 66 periódicos que compõem as Zonas 3 e 4 são considerados periódicos secundários (Vanti, 2002).

O crescimento do número acumulado de artigos (A+) pelo crescimento do número acumulado de periódicos (P+) corresponde a uma constante logarítmica. Logo, o gráfico da função logarítmica do número acumulado de periódicos (Ln P+) equivale à comprovação gráfica da Lei de Bradford, que apresenta um rápido crescimento na base, passando por uma constante e chegando à estagnação (Sudhier, 2014). Na Figura 7, há um crescimento bastante acelerado ainda na base, sem chegar a uma constante, pois o turismo acessível a pessoas com deficiência é uma área de interesse acadêmico recente.

Figura 7 – Comprovação gráfica da Lei de Bradford

Fonte: Elaborado pelos autores.

Analisando a nuvem de palavras, identificaram-se termos comuns para esta área de conhecimento, tais como: turismo, turismo acessível, deficiências, deficiência visual, surdos, acessibilidade, turismo inclusivo, “accessible tourism”, “accessibility”, “web accessibility”, “disabled people”, “audiodescription”, “social model of disability”, entre outros. Na literatura nacional o tema gira em torno de cinco termos principais: acessibilidade (24); turismo (15), hospitalidade (10), inclusão social (8), pessoas com deficiência (7); e na literatura internacional: accessible tourism (74); disability (44); accessibility (23); people with disabilities (17); tourism (14).

4.2 Revisão Integrativa da Literatura (RIL)

A análise da deficiência como unidade de registro mostrou que o modelo médico foi superado na pesquisa sobre turismo acessível a pessoas com deficiência. Não se fala em curar, sanar ou reabilitar, mas em modificar estruturas tangíveis ou intangíveis nas diferentes esferas. Apesar de todos os artigos serem classificados no modelo social da deficiência, alguns estudos estão próximos ao modelo médico por fazerem menção ao corpo da pessoa com deficiência, assim como percebem o turismo como um mecanismo que melhora a saúde (Quadro 3).

Quadro 3 – Artigos que se aproximam ao modelo médico da deficiência

Título	Autor (ano)	Journal	Aproximação ao modelo médico
Understanding the complex interplay between tourism, disability and environmental contexts	Packer et al. (2007)	Disability and Rehabilitation	Atuação conjunta da área da saúde ao turismo
The embodied tourist experiences of people with vision impairment: Management implications beyond the visual gaze	Small et al. (2012)	Tourism Management	Experiências corpóreas e socialmente construídas no turismo
Accessible tourism and its benefits for coping with stress	Moura, Kastenholz e Pereira (2018)	Journal of Policy Research in Tourism, Leisure and Events	Turismo e stress-coping
A geographic approach to measuring and organising affordable medical and therapeutic tourism for people with dementia	Semenova et al. (2020)	Quaestiones Geographicae	Turismo médico e terapêutico acessível
The hidden side of travel: Epilepsy and tourism	McIntosh (2020)	Annals of Tourism Research	Condição neurológica nas experiências turísticas

Fonte: Elaborado pelos autores.

A pouca expressividade de artigos (cinco ou 3,1%) com aproximação ao modelo médico da deficiência pode estar relacionada a uma evolução conceitual que passa de um ambiente excludente/separado/exclusivo para inclusivo/junto/compartilhado. Parece que os estudos sobre pessoas com deficiência agora visam aprofundar-se na participação social desses indivíduos, deixando de lado suas características corpóreas, entendendo que a sociedade deve estar preparada e adaptada à pluralidade de pessoas, necessidades, motivações e corpos. A Tabela 4 apresenta um compilado quantitativo das unidades de registros estipuladas.

A abordagem dos artigos referente à unidade de registro “turismo” é equilibrada. Alguns estudos acentuam a responsabilidade do estado e das empresas em criar políticas públicas adequadas para inclusão das pessoas com deficiência (R. Estado-Empresarial). Outro grupo de artigos enfatiza que tange à sociedade modificar estruturas, comunicações e atitudes para inclusão das pessoas com deficiência no turismo (R. Social).

Já a análise pela unidade de registro “acessibilidade” mostrou expressivo destaque por estudos que tratam de acessibilidade arquitetônica (30,86%), estudos que não especificam um tipo abordado (29,63%) e que tratam de acessibilidade comunicacional (20,37%).

Ressalta-se que a acessibilidade arquitetônica não está necessariamente relacionada às necessidades específicas de pessoas com deficiência física. Questões estruturais fazem parte de um rol de adaptações que beneficiam todas as pessoas com deficiência de alguma maneira. Como exemplo, citam-se os estudos que tratam de acessibilidade arquitetônica para pessoas com deficiência visual (Duarte & Sousa, 2013); auditiva (Lima et al., 2019) e intelectual (Semenova et al., 2020).

Tabela 4 – Compilado de informações da categorização proposta

Unidades de registro	N.º de artigos			% de artigos		
	Nacional	Internac.	Total	Nacional	Internac.	Total
TURISMO						
R. Social	21	47	68	38,89%	43,52%	41,98%
R. Estado-Empresarial	31	49	80	57,41%	45,37%	49,38%
Estudos teóricos	02	12	14	3,70%	11,11%	8,64%
Total	54	108	162	100%	100%	100%
ACESSIBILIDADE						
Arquitetônica	29	21	50	53,70%	19,44%	30,86%
Atitudinal	03	06	09	5,56%	5,56%	5,56%
Comunicacional	05	28	33	9,26%	25,93%	20,37%
Instrumental	01	01	02	1,85%	0,93%	1,23%
Metodológica	-	03	03	-	2,78%	1,85%
Natural	-	-	-	-	-	-
Programática	05	04	09	9,26%	3,70%	5,56%
Não especificado	11	37	48	20,37%	34,26%	29,63%
	Nacional	Internac.	Total	Nacional	Internac.	Total
Estudos teóricos	02	12	14	3,70%	11,11%	8,64%
Total ¹	56	112	168	103,7%	103,7%	103,7%
DEFICIÊNCIA						
Modelo						
Médico	-	-	-	-	-	-
Social	54	108	162	100%	100%	100%
Total	54	108	162	100%	100%	100%
Quantidade de deficiência						
Em geral	33	79	112	61,11%	73,15%	69,13%
Uma	19	27	46	35,19%	25%	28,40%
Duas	01	01	02	1,85%	0,93%	1,23%
Três	01	-	01	1,85%	-	0,62%
Quatro	-	01	01	-	0,93%	0,62%
Total	54	108	162	100%	100%	100%
Tipo de deficiência						
Em geral	33	79	113	61,11%	73,15%	69,13%
Física	09	13	22	16,67%	12,04%	13,58%
Visual	10	11	21	18,52%	10,19%	12,96%
Intelectual	02	06	08	3,70%	5,56%	4,94%
Auditiva	03	03	06	5,56%	2,78%	3,70%
Total ²	57	112	170	105,56%	103,72%	104,31%

Fonte: Elaborado pelos autores. Notas: ¹ Há artigos que abordam dois distintos tipos de acessibilidade, sendo 02 nacionais e 04 internacionais. Com isso, os totais ultrapassam os valores dos escopos. ² Como há artigos que abordam mais de um tipo de deficiência, os totais do “Tipo de deficiência” ultrapassam 100%.

Interessante ressaltar que os artigos que tratam da acessibilidade comunicacional, em sua maioria, abordam as pessoas com deficiência sensoriais em suas análises. Apontam a audiodescrição (Small et al., 2012; Devile & Kasstenholz, 2018) e a Língua de Sinais (Silva, 2013) como uma ferramenta comunicacional imprescindível para uma atividade turística acessível, e ainda elucidam a falta desses instrumentos como uma maneira de exclusão social.

Todos os artigos fazem menção indireta à acessibilidade atitudinal, uma vez que apontam seus respectivos estudos como um possibilitador de inclusão das pessoas com deficiência, propiciador de quebra de atitudes estigmatizantes. Contudo, a acessibilidade atitudinal foi, de fato, abordada em apenas 5,56% do escopo analisado (nove artigos). Todos os artigos sobre acessibilidade programática, isto é, que buscam discutir políticas públicas, leis e normas, abordam as pessoas com deficiência “em geral”. Há a necessidade de estudos que discutam as políticas criadas para tipos específicos de deficiências.

Lessa et al. (2018) relacionaram questões de turismo e patrimônio para pessoas com deficiência na Escola da Inclusão de Pelotas/RS. Entretanto, artigos sobre acessibilidade e turismo para pessoas com deficiência nos ambientes educacionais são extremamente escassos. A ausência de estudos que tenham a acessibilidade natural como forma de inclusão de pessoas com deficiência no turismo também é notável.

A necessidade de estudos sobre turismo e pessoas com tipos específicos de deficiências é uma questão que vem sendo debatida (Lyu, 2017; Mckercher & Darcy, 2018; Rodrigues & Valduga, 2021; Gonda, 2024) porque se entende que cada pessoa é única, que cada grupo de pessoas com deficiência é distinto e necessita de estudos e adaptações diferentes.

Em ambas as literaturas, há uma expressiva quantidade de artigos “em geral”, isto é, aqueles que não especificam a quantidade de deficiência, tampouco o tipo de deficiência abordada. Conforme Tabela 4, os estudos “em geral” são predominantes (69,13%), despertando alguns questionamentos: será que os autores publicam estudos sem considerar a heterogeneidade das pessoas com deficiência e de suas necessidades (no turismo)? Por que isso acontece? Superficialidade, generalização ou conveniência? Tais questões tornam-se instigantes e o presente estudo não tem a pretensão de elucidar o porquê, no entanto, pode ser um tema de pesquisa futuro a fim de se compreender os motivos.

Sobre os tipos específicos de deficiências, identifica-se que 44,45% dos artigos da literatura nacional fazem menção a alguma deficiência, enquanto o mesmo acontece em apenas 30,57% dos artigos internacionais. Quanto a cada deficiência abordada separadamente, na literatura nacional, predominam-se: deficiência visual (18,52%), física (16,67%), auditiva (5,56%) e cognitiva (3,70%). Na literatura internacional predomina: deficiência física (12,04%), visual (10,19%), cognitiva (5,56%) e auditiva (2,78%).

Quando analisadas as deficiências específicas na totalidade, predominam-se: deficiências sensoriais (12,96% e 3,70%), visual e auditiva, respectivamente; física (13,58%) e cognitiva (4,94%). O escopo possui prevalência de pesquisas sobre deficiências sensoriais e cognitivas (21,60%) em relação à deficiência física/motora (13,58%). A baixa expressividade nesses dados mostra que as pesquisas tendem a tratar pessoas com deficiência como um grupo homogêneo com necessidades iguais.

5 AGENDA DE PESQUISA SOBRE TURISMO ACESSÍVEL A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Muitos ambientes restringem as pessoas com deficiência física de desfrutarem de direitos humanos básicos, incluindo viagens, lazer e turismo. A relação da deficiência física com o turismo se dá, principalmente, tendo a pessoa usuária de cadeira de rodas como sujeito da atividade. O único estudo que não aborda a perspectiva do usuário de cadeira de rodas é o de Tao et al. (2019), em que realizaram uma pesquisa com pessoas com mutilações físicas sobreviventes do terremoto de Sichuan.

As pesquisas, quando referentes a estabelecimentos ou atrativos, avaliam e trazem como contribuição, geralmente: a presença (ou não) de rampas, elevadores, corrimãos, banheiros e UHs (unidades habitacionais) adaptados. E quando referentes ao destino turístico na totalidade, fazem levantamentos da infraestrutura urbana, calçadas, acesso e transportes adaptados (ou não). Tais contribuições aparecem nos estudos de maneira geral, salvaguarda nos que se dedicam a pontos específicos como paradas de ônibus acessíveis (Rosa et al., 2020) e calçadas regulares (Santana-Santana et al., 2020).

As experiências turísticas são pesquisadas pela pessoa com deficiência física enquanto turista, porém não enquanto trabalhadora. Faltam estudos que tratem da percepção da gestão do empreendimento para o atendimento à pessoa com deficiência física. Também faltam pesquisas sobre a pessoa com deficiência física ocupando cargos de linha de frente e suas percepções quanto às atitudes de turistas quando recepcionados por uma pessoa com deficiência física. A atitude é uma lacuna quanto à relação deficiência física e turismo e aparece como direcionamento futuro em alguns estudos. Ampliar o leque de análises, para além das questões estruturais, enriquece as possibilidades de incluir essas pessoas no turismo.

Pessoas com deficiência física sofrem discriminação de atendentes e recepcionistas? Quando trabalhadoras, seus colegas sabem das adaptações necessárias para acolhê-las no ambiente laboral? Gestores fornecem treinamento específico para atendimento a esse público? Há ações de conscientização sobre a importância da diversidade nas organizações? Essas são algumas perguntas que podem nortear futuros estudos relacionados à participação de

peças com deficiência física no turismo por meio de uma perspectiva atitudinal. Claro que a perspectiva arquitetônica/física deve ser sempre considerada, porém, acrescida a outras abordagens, tende a ser mais inclusiva no contexto do turismo.

O uso de tecnologias nesse trabalho conjunto de incluir as pessoas com deficiência física é um tema a ser mais e melhor explorado no turismo. Nyman et al. (2018) criaram um aplicativo que reúne praias acessíveis. Baronio et al. (2017) utilizaram da tecnologia para melhorar cadeiras de rodas utilizadas por pessoas com deficiência física na prática de esportes de aventura. Contudo, a tecnologia pode ajudar também na criação de aplicativos que reúnam hotéis, restaurantes, ruas, atrativos e museus acessíveis.

Mayordomo-Martínez et al. (2019) utilizaram como sujeitos crianças com deficiência física em sua pesquisa. É importante evidenciar que esse tipo de abordagem é pouco explorada. Pessoas com deficiência viajam e fazem turismo, porém elas não são somente homens adultos. É necessário que haja pesquisas que abordem esta interseccionalidade pela perspectiva de mulheres, crianças e adolescentes, idosos, pessoas LGBTQIA+ e pessoas negras com deficiências. Essa diversificação dentro do mesmo grupo social propiciará a identificação de barreiras atreladas a cada característica da pessoa para além da deficiência.

As pessoas com deficiência visual, principalmente cegos, podem acabar perdendo o interesse em viajar e fazer turismo, uma vez que as atividades turísticas são repletas de encontros visuais. Mesmo havendo uma quantidade considerável de abordagens na relação do turismo com a deficiência visual, foi identificado que a acessibilidade arquitetônica e a comunicacional são as que predominam esses estudos.

As pesquisas sobre informações e restrições comumente se completam porque abordam os entraves vivenciados pelas pessoas cegas, principalmente por uma falta de informações e comunicações acessíveis. Os estudos apontam o uso da audiodescrição como uma ferramenta de inclusão, porém não abordam como o setor público e privado podem e devem implementar esse instrumento para um turismo mais acessível.

Da mesma maneira, a falta de outros meios comunicacionais, como elementos em 3D, imagens e mapas em Braille, são pouco explorados como formas inclusivas nos atrativos turísticos. Inclusive, tais elementos podem ser considerados novos direcionamentos para inovações tecnológicas que buscam a inclusão de pessoas com deficiência visual no turismo. O uso da tecnologia para melhorar as experiências dessas pessoas nos destinos turísticos e a não utilização das mídias sociais para informar questões de acessibilidade são lacunas a serem preenchidas nas pesquisas.

Os estudos sobre infraestrutura turística sempre abordam os aspectos físicos dos empreendimentos ou da cidade. Nos empreendimentos, há a necessidade de aliar pesquisas sobre aspectos físicos a questões de atitudes dos colaboradores frente à pessoa cega. Também se evidencia a necessidade de direcionar pesquisas aos trabalhadores com deficiência visual e como os espaços restritos (de circulação exclusiva a funcionários) dos empreendimentos se adaptam para sua circulação no ambiente de trabalho.

No ambiente urbano, foi identificado que as pessoas cegas são percebidas apenas como turistas e as pesquisas tratam única e exclusivamente de espaços turistificados. Mas e a pessoa cega residente? Há uma lacuna por estudos que comparem as necessidades dos turistas e residentes dentro do mesmo destino.

Na relação da pessoa com deficiência auditiva, a empregabilidade deve ser pesquisada envolvendo a diversificação de setores relacionados ao campo do turismo e da hospitalidade, tais como: meios de hospedagens, agências de viagens, atrativos turísticos, empreendimentos rurais e relacionados ao turismo de natureza e aventura, entre outros. Um ponto importante, para além da empregabilidade das pessoas surdas, é saber se elas são inseridas nas organizações apenas em cargos “escondidos” ou se elas atuam diretamente com o turismo, tendo contato com turistas e podendo exercer suas maneiras singulares de comunicação.

Um aspecto em comum entre todos os estudos é a colocação dos autores quanto à (falta de) acessibilidade comunicacional para essas pessoas, principalmente referente à comunicação em Língua de Sinais. Essa lacuna se faz presente desde o despreparo de profissionais dos setores turísticos, sites de empreendimentos turísticos, até a falta de conhecimento da Língua de Sinais pela própria população residente do destino turístico para prestar uma informação na rua para uma pessoa surda.

Outros direcionamentos apontam também a necessidade de pesquisar as atividades turísticas na perspectiva dos acompanhantes das pessoas surdas ou de seus intérpretes no intuito de verificar como é a experiência turística de quem viaja com o dever de comunicar o outro a todo o momento.

Da mesma maneira, se faz necessário que pesquisas abarquem a relação entre turismo e tecnologias para facilitar e melhorar as experiências turísticas de pessoas surdas. Como a oferta turística utiliza as tecnologias para esse fim? Essa é uma questão que pode instigar novos estudos. Há aplicativos que, por meio de gravação de voz, transmitem as informações em Língua de Sinais. É pertinente investigar se empreendimentos turísticos fazem uso desses instrumentos e, se não fazem, averiguar os motivos.

As pesquisas sobre pessoas com deficiência intelectual no turismo, ainda que em baixa expressividade, abordam distintos níveis de deficiência intelectual: pessoas com Síndrome de Down, pessoas autistas e pessoas com demência. Isso é interessante porque explicita a diversificação desse grupo. No entanto, tais pesquisas não apontam como se dá a participação dos acompanhantes (familiares, cuidadores, amigos, etc.) dessas pessoas nas atividades turísticas. A depender do nível de deficiência, sabe-se que é de extrema importância o acompanhamento de terceiros a essas pessoas no dia a dia e se faz relevante identificar como eles percebem as atividades turísticas. De fato, é importante a adaptação estrutural, todavia esse grupo de pessoas necessita de uma acessibilidade comunicacional e atitudinal fortes. Seja na relação das cores do empreendimento, seja com informações online em seus sites, essas questões se fazem pertinentes e ainda não foram investigadas.

É importante projetar destinos turísticos acessíveis para turistas com deficiências. Entretanto, para atrair este segmento de mercado, também é importante comunicar eficientemente (online ou presencial) a acessibilidade oferecida. As informações turísticas devem ser divulgadas usando Língua de Sinais, audiodescrição, Braile, etc. Os gerentes de empreendimentos turísticos devem usufruir da vivência dessas pessoas para melhorar o atendimento e a comunicação de seus estabelecimentos. O mesmo vale para os gestores de destinos turísticos que necessitam aprimorar seus meios de comunicação, e para isso é fundamental uma equipe diversificada e inclusiva. Ainda, há uma carência de estudos que abordem políticas públicas relacionadas a pessoas com deficiência no turismo, assim como pesquisas que tracem uma relação de legislações referentes ao turismo acessível.

Esta agenda de pesquisa servirá de base para pesquisadores(as) alicerçarem seus estudos. O processo de inclusão de pessoas com deficiência no turismo deve ser acelerado e, ainda, partir de iniciativas públicas, privadas e de ações com a sociedade. Pessoas com deficiência devem ter liberdade de fazer escolhas e ter controle pessoal sobre suas próprias experiências turísticas. O turismo acessível, nesse sentido, contribui para que essa independência pessoal possa cada vez mais estar presente nas viagens dessas pessoas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Respondendo à questão “qual é o cenário da produção científica nacional e internacional sobre turismo acessível a pessoas com deficiência?” foi identificado um cenário (i) jovem, porque mesmo que a primeira publicação sobre o tema seja datada em 2003, o período 2016–2020 concentra 64,2% das publicações; e ii) pouco diversificado, pois 69,13% das publicações tratam das pessoas com deficiência “em geral”, englobando suas necessidades como iguais.

O Estudo Bibliométrico revelou que o turismo acessível a pessoas com deficiência é uma área de conhecimento ainda em fase inicial de crescimento. Sua produção se encontra pulverizada em muitos periódicos, com diversos autores responsáveis por poucos artigos e um número pequeno de especialistas sobre o tema, responsáveis por grande parte da produção. Com a Revisão Integrativa da Literatura os estudos foram categorizados com base nas unidades de registro (turismo, acessibilidade, deficiência) e, com isso, constatando que as pesquisas sobre o turismo acessível a pessoas com deficiência são homogêneas, não representando a heterogeneidade desse grupo social.

O turismo é geralmente percebido como uma atividade prazerosa. Contudo, para pessoas com deficiência, pode ser um espaço de desigualdades e frustrações. A sociedade é plural e diversificada, isto é, habitada por pessoas com características comuns e, ao mesmo tempo, singulares. Cada grupo social carrega consigo traços e vivências semelhantes, todavia possuem necessidades diferentes e específicas. Referente ao grupo de pessoas com deficiência, é fundamental saber que esses indivíduos carecem de adaptações comuns e, principalmente, de mudanças estruturais, ferramentas e adaptações específicas a seus respectivos tipos e graus de deficiências.

Para poderem viver uma vida plena como seus pares sem deficiência, além de garantir a usabilidade dos espaços e edifícios usados na vida cotidiana, as pessoas com deficiência precisam poder viajar e participar das atividades relacionadas ao turismo. Garantir a igualdade de acesso não é apenas uma obrigação legal, humana e ética para a profissão, mas também um interesse financeiro bem compreendido, pois as pessoas com deficiência e seus acompanhantes representam um recurso significativo para o turismo, que ainda pode ser melhor explorado. Para

além do cumprimento de legislações, é necessário a conscientização da sociedade, o treinamento daqueles que atuam no turismo e, não apenas no sentido físico, a transformação de instalações e serviços turísticos para se tornarem mais acessíveis.

Enquanto contribuição teórica, permite a interpretação dos tópicos de pesquisa, a evolução nas últimas duas décadas, e tendências emergentes no turismo acessível a pessoas com deficiência por meio da agenda de pesquisa elaborada que apresenta os esforços feitos nesse campo e pode direcionar novas e empíricas pesquisas. Enquanto contribuição prática, proporciona uma interpretação ampla do tema que pode subsidiar e suscitar debates e ações acerca de políticas públicas (no turismo) para pessoas com deficiência. A difusão deste estudo pode ajudar a qualificar a amplitude e a profundidade do conceito de turismo acessível. Assim, entende-se por turismo acessível a adaptação das atividades turísticas à participação das pessoas, especialmente aquelas com deficiências.

O recorte temporal até o ano de 2020 pode ser considerado uma limitação, todavia, está consoante aos mais recentes estudos internacionais. Houve um longo curso de pandemia da Covid-19, assim seria interessante identificar e analisar as mudanças nesse cenário de estudos no período pós-pandêmico. Esses aspectos, no entanto, não invalidam os resultados aqui apresentados. Servem de direcionamento a pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

- Alvarado, R. U. (2002). A Lei de Lotka na bibliometria brasileira. *Ciência da Informação*, 31(2), 14–20. <https://doi.org/10.1590/S0100-19652002000200002>
- Araújo, C. A. A. (2006). Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. *Em Questão*, 12(1), 11-32. <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/16>
- Barba, S. E. (2018). *Diseño de una ruta turística accesible e inclusiva, para turistas potenciales y con discapacidad física leve de movilidad limitada, en el cantón Francisco de Orellana*. (Bachelor Thesis, Universidad Central Del Ecuador, Carrera Turismo Ecológico, Quito, Ecuador). <http://www.dspace.uce.edu.ec/handle/25000/15054>
- Barnes, C. (1991). *Disabled people in Britain and discrimination*. London, Hurst.
- Baronio, G., Baronio G., Copeta A., Motyl B., & Uberti S. (2017). Gölem project: Concept and design of a trekking/hiking wheelchair. *Advances in Mechanical Engineering*, 9(11). <https://doi.org/10.1177%2F1687814017730541>
- Botelho, L. L. R.; Cunha, C. C. A; & Macedo, M. (2011). O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. *Revista Eletrônica Gestão e Sociedade*, 5(11), 121-136. <https://doi.org/10.21171/ges.v5i11.1220>
- Burchardt, T. (2004). Capabilities and disability: The capabilities framework and the social model of disability. *Disability & Society*, 19(7), 735–751. <https://doi.org/10.1080/0968759042000284213>
- Bureau of Transportation Statistics. (2018). *Relatório Travel Patterns of American Adults with Disabilities*. <https://www.bts.gov/travel-patterns-with-disabilities>
- Darcy, S., Buhalis, D. (2011). Conceptualising disability. In D. Buhalis; S. Darcy (Eds.), *Accessible tourism: Concepts and issues* (pp. 21-42). Bristol: Channel View Publications.
- Devile, E., & Kastenholz, E. (2018). Accessible tourism experiences: The voice of people with visual disabilities. *Journal of Policy Research in Tourism, Leisure and Events*, 10(3), 265–285. <https://doi.org/10.1080/19407963.2018.1470183>
- Duarte, E. E.; & Sousa, M. (2013). Deficiência e equiparidade: um panorama da acessibilidade aos deficientes visuais no Corredor Cultural de Mossoró (RN). *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 6(3), 612-629. <https://doi.org/10.34024/rbecotur.2013.v6.6266>
- Gillovic, B., McIntosh, A., Darcy, S., & Cockburn-Wootten, C. (2018). Enabling the language of accessible tourism. *Journal of Sustainable Tourism*, 26(4), 615–630. <https://doi.org/10.1080/09669582.2017.1377209>
- Gonda T. (2024). The importance of infrastructure in the development of accessible tourism. *Journal of Infrastructure, Policy and Development*. 8(2), 2735. <https://doi.org/10.24294/jipd.v8i2.2735>

- Hall, C. M. (2011). Publish and perish? Bibliometric analysis, journal ranking and the assessment of research quality in tourism. *Tourism Management*, 32(1), 16–27. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2010.07.001>
- Suárez Henríquez, C., Ricoy Cano, A. J., Hernández Galán, J., & de la Fuente Robles, Y. M. (2022). The past, present, and future of accessible tourism research: A bibliometric analysis using the Scopus database. *Journal of Accessibility and Design for All*, 12(1), 26–60. <https://doi.org/10.17411/jaccess.v12i1.350>
- Hernández-Sales, L. & Sánchez, J. A. L. (2023). Accessible Tourism: A Bibliometric Analysis from 2000 to 2021. *International Journal of Sustainable Development and Planning*, 18(7), 2159-2165. <https://doi.org/10.18280/ijstdp.180719>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2023). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua – PNAD 2022: Pessoas com deficiências*. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102013_informativo.pdf
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2019). *Pessoas com deficiências e as desigualdades sociais no Brasil*. <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/34889-pessoas-com-deficiencia-e-as-desigualdades-sociais-no-brasil.html?edicao=34891&t=sobre>
- Kanwal, S., Rasheed, M. I., Pitafi, A. H., Pitafi, A., & Ren, M. (2020). Road and transport infrastructure development and community support for tourism: The role of perceived benefits, and community satisfaction. *Tourism Management*, 77(1), 104014. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2019.104014>
- Lei 13.146 de 6 de julho de 2015 (2015). Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm
- Lessa, R. M., Resende, L. F., Silva, P. T. da., & Minasi, S. M. (2018). Projeto de extensão Ludoteca do Turismo: a elaboração e aplicação de jogos lúdico-pedagógicos junto à escola da inclusão da UFPEl. *Applied Tourism*, 3(1), 170-185. <https://doi.org/10.14210/at.v3n1.p170-185>
- Lima, A. B. L., Melo, I. B. N., & Gimenes-Minasse, M. H. S. G. (2020). Acessibilidade do Parque Natural Municipal Victório Siquierolli (Uberlândia/MG) para visitação de pessoas com deficiências física, auditiva e visual. *Caderno Virtual de Turismo*, 19(3). <https://doi.org/10.18472/cvt.19n3.2019.1574>
- Lyu, S. (2017). Which accessible travel products are people with disabilities willing to pay more? A choice experiment. *Tourism Management*, 59, 404-412. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2016.09.002>
- Máté, A. (2021). The potential of accessible tourism in a local history museum (Hungarian). *Tourism and Rural Development Studies (Hungarian)*, 6(1), 39–56. <https://www.turisztikaitanulmanyok.hu/2021/04/09/mate-andrea-az-akadalymentes-turizmus-lehetosegei-egy-helytorteneti-muzeum-peldajan/>
- Mayordomo-Martínez, D., Sánchez-Aarnoutse, J. -C., Carrillo-de-Gea, J. M., García-Berná, J. A., Fernández-Alemán, J. L., & García-Mateos, G. (2019). Design and Development of a Mobile App for Accessible Beach Tourism Information for People with Disabilities. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 16(12), 2131. <https://doi.org/10.3390/ijerph16122131>
- Mcintosh, A. J. (2020). The hidden side of travel: Epilepsy and tourism. *Annals of Tourism Research*, 81, 102856. <https://doi.org/10.1016/j.annals.2019.102856>
- Mckercher, B., & Darcy, S. (2018). Re-conceptualizing barriers to travel by people with disabilities. *Tourism Management Perspectives*, 26, 59–66. <https://doi.org/10.1016/j.tmp.2018.01.003>
- Moura, A. F. A.; Kastenholz, E.; & Pereira, A. M. S. (2018). Accessible tourism and its benefits for coping with stress. *Journal of Policy Research in Tourism, Leisure and Events*, 10(3), 241–264. <https://doi.org/10.1080/19407963.2017.1409750>
- Nonome, E. (2019). *El neuroturismo y su relación con el turismo accesible como una propuesta para la ciudad de Lima* [Tese de Doutorado, Universidade de San Martín de Porres]. <https://repositorio.usmp.edu.pe/handle/20.500.12727/5294>

- Nyman, E.; Westin, K.; & Carson, D. (2018). Tourism destination choice sets for families with wheelchair-bound children. *Tourism Recreation Research*, 43(1), 26–38. <https://doi.org/10.1080/02508281.2017.1362172>
- Oliver, M. (1990). *The politics of disablement*. Basingstoke, Macmillan and St Martin's Press.
- Oliver, M. (1996a). *Understanding disability: From theory to practice* (2nd ed.). Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Oliver, M. (1996b). Defining impairment and disability: Issues at stake. In C. Barnes & G. Mercer (Eds.), *Exploring the divide* (p. 29-54). Leeds: Disability Press.
- Organização das Nações Unidas – ONU. (2006). *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiências e Protocolo Facultativo*. Nova York: ONU.
- Organização Mundial da Saúde – OMS. (2014). *Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF)*. http://www.inr.pt/uploads/docs/cif/CIF_port_%202004.pdf
- Organização Mundial da Saúde – OMS. (2021). *Deafness and hearing loss*. <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/deafness-and-hearing-loss>
- Organização Mundial da Saúde – OMS. (2023). *Key facts on disability*. <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/disability-and-health>
- Organização Mundial do Turismo – OMT. (1980). *Declaração de Manila*. Madrid: OMT.
- Organização Mundial de Turismo – OMT. (2016). World Tourism Day 2016: Tourism Leaders Commit To Advance Universal Accessibility. <https://www.unwto.org/archive/global/press-release/2016-09-28/world-tourism-day-2016-tourism-leaders-commit-advance-universal-accessibili>
- Organização Mundial do Turismo – OMT. (2020). *Inclusive Recovery Guide – Sociocultural Impacts of Covid-19, Issue I: Persons with Disabilities*. [s.l.] World Tourism Organization (UNWTO). <https://doi.org/10.18111/9789284422296>
- Packer, T. L., Packer, T. L., Mckercher, B., & Yau, M. K. (2007). Understanding the complex interplay between tourism, disability and environmental contexts. *Disability and Rehabilitation*, 29(4), 281–292. <https://doi.org/10.1080/09638280600756331>
- Pomeroy, C. (2021), “A tsunami of disability is coming as a result of ‘long COVID’”. <https://www.scientificamerican.com/article/a-tsunami-of-disability-is-coming-as-a-result-of-lsquo-long-covid-rsquo/>
- Quiao, G., Ding, L., Zhang, L., & Yan, H. (2022). Accessible tourism: a bibliometric review (2008–2020). *Tourism Review*, 77(3), 713-730. <https://doi.org/10.1108/TR-12-2020-0619>
- Quevedo-Silva, F., Almeida Santos, E. B., Brandão, M. M., & Vils, L. (2016). Estudo Bibliométrico: Orientações sobre sua Aplicação. *ReMark - Revista Brasileira De Marketing*, 15(2), 246–262. <https://doi.org/10.5585/re-mark.v15i2.3274>
- Rodrigues, I. M., & Valduga, V. (2021). Turismo acessível para pessoas com deficiências: a produção científica dos periódicos de turismo do Brasil. *Revista Turismo em Análise*, 32(1), 59-78. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v32i1p59-78>
- Rosa, M. P.; Pinto, P. C.; & Assunção, H. (2020). An Evaluation of the Universal Accessibility of Bus Stop Environments by Senior Tourists. *International Journal of Sustainable Development and Planning*, 15(6), 835-840. <https://doi.org/10.18280/ijstdp.150606>
- Rucci, A. C., & Porto, N. (2022). Accessibility in tourist sites in Spain: Does it really matter when choosing a destination?. *European Journal of Tourism Research*, 31, 3108. <https://doi.org/10.54055/ejtr.v31i.2165>
- Santana-Santana, S., Peña-Alonso, C., & Espino, E. P. (2020). Assessing physical accessibility conditions to tourist attractions. The case of Maspalomas Costa Canaria urban area (Gran Canaria, Spain). *Applied Geography*, 125, 102327. <https://doi.org/10.1016/j.apgeog.2020.102327>
- Semenova, Z.A., Chistobaev, A.I.. & Dildina, V.P.. (2020). A Geographic Approach to Measuring and Organising Affordable Medical and Therapeutic Tourism for People with Dementia. *Quaestiones Geographicae*, 39(4), 65-71. <https://doi.org/10.2478/quageo-2020-0035>

- Silva, Y. F., & Boia, Y. I. (2003). Turismo e responsabilidade social – uma reflexão sobre os direitos das pessoas com necessidades especiais. *Revista Turismo – Visão e Ação*, 5(1), 53-65. <https://periodicos.univali.br/index.php/rtva/article/view/1153>
- Silva, M. (2013). Acessibilidade em turismo: a acessibilidade dos surdos aos serviços turísticos de Goiânia – GO. *Revista Turismo em Análise*, 24(2), 354-373. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4867.v24i2p354-373>
- Singh, R., Sibi, P. S., Yost, E., & Mann, D. S. (2021). Tourism and disability: a bibliometric review. *Tourism Recreation Research*, 48(5), 749–765. <https://doi.org/10.1080/02508281.2021.1959768>
- Small, J., Darcy, S., & Packer, T. (2012). The embodied tourist experiences of people with vision impairment: Management implications beyond the visual gaze. *Tourism Management*, 33(4), 941–950. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2011.09.015>
- Sudhier, K. G. (2014). Application of Bradford's law of scattering to the physics literature: a study of doctoral theses citations at the Indian Institute of Science. *DESIDOC Journal of Library & Information Technology*, 30(2), 3–14. <https://doi.org/10.14429/djlit.30.3>
- Tao, B. C., Goh, E., Huang, S. (Sam), & Moyle, B. (2019). Travel constraint perceptions of people with mobility disability: a study of Sichuan earthquake survivors. *Tourism Recreation Research*, 44(2), 203–216. <https://doi.org/10.1080/02508281.2019.1589085>
- The World Bank. (2021). *Inclusion of persons with disabilities is crucial for the sustainable development of Latin America and the Caribbean*. <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2021/12/02/la-inclusion-de-las-personas-con-discapacidad-clave-para-el-desarrollo-sostenible-de-america-latina-y-el-caribe>
- Thompson, D. F., & Walker, C. K. (2015). A Descriptive and Historical Review of Bibliometrics with Applications to Medical Sciences. *Pharmacotherapy: The Journal of Human Pharmacology and Drug Therapy*, 35(6), 551–559. <https://doi.org/10.1002/phar.1586>
- Tite, G., Carrillo, D., & Ochoa, M. (2021). Turismo accesible: estudio bibliométrico. *Turismo y Sociedad* (28), 115-132. <https://doi.org/10.18601/01207555.n28.06>
- Urbizagastegui, R. (2008). A produtividade dos autores sobre a Lei de Lotka. *Ciência da Informação*, 37(2), 87–102. <https://doi.org/10.1590/S0100-19652008000200007>
- Vanti, N. A. P.. (2002). Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. *Ciência Da Informação*, 31(2), 369–379. <https://doi.org/10.1590/S0100-19652002000200016>
- Whitemore, R., & Knafelz, K. (2005). The integrative review: updated methodology. *Journal of Advanced Nursing*, Oxford, 52(5), 546-553. <https://doi.org/10.1111/j.1365-2648.2005.03621.x>
- Zaluska, U., Kwiatkowska-Ciotucha, D., & Grześkowiak, A. (2022). Travelling from Perspective of Persons with Disability: Results of an International Survey. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 19(17), 10575. <https://doi.org/10.3390/ijerph191710575>

Informação dos Autores

Igor Moraes Rodrigues

Mestre em Turismo pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Bacharel em Turismo pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel) com mobilidade acadêmica internacional no Curso de Licenciatura em Turismo da Universidade de Évora, Portugal (UE/PT).

Contribuições: concepção da pesquisa, revisão da literatura, coleta de dados, análise de dados e discussão dos resultados.

E-mail: igormoraesr2@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7811-7215>

Vander Valduga

Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Bacharel e Mestre em Turismo pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Pós-doutor em Hospitalidade pela Universidade Anhembi Morumbi. Docente

do Departamento de Turismo da UFPR e Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Turismo e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPR.

Contribuições: concepção da pesquisa, análise de dados e discussão dos resultados.

E-mail: vandervalduga@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8966-7570>